

UM PREFÁCIO INESQUECÍVEL DE MARIA LAURA BETTENCOURT PIRES

Pedro Carlos Louzada Fonseca
Faculdade de Letras –
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Memórias póstumas são sempre muito dolorosamente recordadas e sentidas, mas tornadas de necessário reconhecimento quando se trata de fazer um tributo à excelência de uma trajetória de vida marcada pelo compromisso intelectual e ético com o conhecimento, com uma incansável dedicação e zelo pelo saber, sua transmissão e ensino, cuja formação profissional não obliterou o sagrado gosto de instruir a promoção da vida e da história dos indivíduos. Essa é uma modesta sinopse do que foi Laura Pires em sua profícua vida intelectual e de notável pesquisadora na área do conhecimento das ciências sociais e humanas.

Era o ano de 1999, quando me desloquei para Lisboa para auferir dos doutos conhecimentos da professora Laura Pires como supervisora de um estágio pós-doutoral na Universidade Aberta de Lisboa, cujo produto foi a publicação de um livro, do qual, com muita saudade e respeito, transcrevo o prefácio com o qual tive a honra de ser agraciado pela saudosa professora:

«The subject implied by the texts of insurgency can only serve as a counter possibility for the narrative sanctions granted to the colonial subject in the dominant groups. The postcolonial intellectuals learn that their privilege is their loss. In this they are a paradigm of the intellectuals.
Gayatri C. Spivak.

Conhecendo há vários anos a qualidade intelectual do trabalho de Pedro Carlos Louzada Fonseca e todo o empenhamento e rigor científico com que se dedica à investigação e à escrita, foi com muito prazer que aceitei o convite para escrever este prefácio para a sua obra intitulada *Bestiário e Discurso do Gênero no Descobrimento da América e na Colonização do Brasil*. Antes de fazer algumas referências ao conteúdo deste volume, decidi reflectir um pouco sobre as características que deveria ter o texto que me tinha sido solicitado. Como é de regra, para minha orientação, comecei por procurar

definições e, com esse intuito, consultei dicionários, tais como o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005) e o *Oxford English Reference Dictionary* (Pearsal; Trumble, 1996). Pude assim verificar que se entendia por prefácio um texto preliminar de apresentação, geralmente breve, escrito pelo autor ou por outrem, que era colocado no começo do livro, com explicações sobre o seu conteúdo e objectivos ou sobre a pessoa do autor. Analisando a etimologia latina da palavra, constatei também que prefácio significa “acção de falar no princípio de”. Embora os retóricos gregos e romanos tenham identificado os *topoi* recorrentes dos prefácios clássicos ou exórdios, isto é, as formas de modéstia convencionais para criar a *persona* pública do autor, os prefácios modernos, por outro lado, reflectem as actuais concepções de escritor e respeitam a sua individualidade privada e não incluem descrições pessoais. Deste modo, um prefácio pode limitar-se a referir as circunstâncias factuais relativas à criação da obra, ao seu desenvolvimento e publicação, tal como Charles Dickens fez nos prefácios a *The Pickwick Papers* (1837 e 1847) ou Henry James nos dezoito prefácios que escreveu para a edição de Nova Iorque das suas obras completas ou George Bernard Shaw, cujos anteâmbulos para as suas peças teatrais esclarecem os leitores sobre as suas ideias. Pode considerar-se que, paradoxalmente, estes famosos prelúdios transcendem o habitual estatuto secundário dos prefácios e são na realidade ensaios críticos independentes, tal como sucede com o texto introdutório de Joseph Conrad para *The Nigger of the Narcissus* (1897) ou o conhecido prefácio de Wordsworth para as *Lyrical Ballads* (1798). Ocorreram-me a este propósito preâmbulos famosos a obras literárias, como o Prefácio de Victor Hugo a *Cromwell*, publicado em 1827, que é considerado um texto fundamental do Romantismo, e no qual o autor adverte que tanto as notas como o antelóquio podem, por vezes, ser um método conveniente para aumentar o volume de um livro e contribuir, pelo menos, aparentemente, para elevar a sua importância. Nos nossos dias, Jacques Derrida foi um dos teóricos que se debruçou sobre esta questão. Paradoxalmente, embora considere o prefácio “uma concha vazia e inútil”, escreveu uma introdução, classificada como “Hors Livre”, para a sua conhecida obra *La Dissimulation*, publicada em 1972. Neste texto, o autor afirma, ironicamente, que os prefácios negam o seu estatuto, pois precedem aquilo que se deveria apresentar a si próprio. Decerto por esse motivo, refere-se-lhes, alternativamente, como “Outwork,” “Hors d’œuvre,” “Extratext” e “Foreplay”. Derrida – tal como também me sucedeu –

interroga-se sobre o tipo de prefácio que poderia escrever e declara que não deveria ser explicativo e saturado de saber acadêmico, à maneira de Hegel ou Lacan, como tradicionalmente acontece, mas considera que pode exceder ou suplantar a obra, opinião com a qual não estou, obviamente, de acordo. Em relação às críticas aos prefácios, como a de Jacques Derrida, recuando no tempo, verifica-se que já Aristóteles, na Retórica, afirmava que as introduções eram populares com aqueles que eram fracos. Constatei, então, que tal não era, de forma alguma, o que sucedia com a presente introdução, pois o estudo de Pedro Carlos Louzada Fonseca, que se segue, tem a sua própria e inegável importância tanto científica como de conteúdo e estilo, bem como de contribuições e perspectivas inovadoras sobre o tema. Na sequência destas reflexões, considerei que, em relação à obra *Bestiário e Discurso do Gênero no Descobrimento da América e na Colonização do Brasil*, o prefácio, embora escrito por outra pessoa, considerado formalmente deveria constituir uma parte preliminar do livro e, tal como a introdução, a dedicatória e outros prolegómenos, ter também uma relação com o texto que apresentava, com o autor que o escreveu e até, de certo modo, com o leitor implícito que o vai ler. Consequentemente, deveria conter noções preambulares que levassem o leitor a tomar consciência da sua originalidade e interesse científico, relevantes para a apreciação que é devida a este estudo. Feita uma leitura reflexiva e analítica da obra, verifiquei que tinha como objectivos principais examinar em pormenor o imaginário medieval e a sua influência, exercida através de imagens, figurações e ideias. Neste âmbito, faz referências aos *Physiologi* gregos e latinos e aos livros bestiários, seus derivados, florescidos principalmente no século XII. Na sua análise rigorosa dos relatos e das iconografias referentes ao descobrimento da América e ao Brasil dos primeiros tempos coloniais, Pedro Fonseca faz um levantamento das influências motivacionais do tema da bestialização e da sua ordem política e ideológica. Faz, igualmente, referências à exploração baseada na alteração da economia e no deslocamento da população nativa exercidas pela “escravocracia” dos colonizadores, devido à qual tanto sofreram os seres humanos como a natureza, pois as “açucocracias” esgotavam os solos e as produções locais devido a grandes extensões de monoculturas intensivas e extensivas que levavam as populações e a terra a ficarem sem meios de subsistência natural. Para além de nos falar da saída da prisão intelectual da Idade Média durante o Renascimento e daquilo a que, no Iluminismo, os Enciclopedistas do século

XVIII se referem como religiosidade repressiva, defendendo a crença na razão e a marcha para um estado de progresso e perfeição, o tema central, e que distingue esta obra pela sua grande originalidade, são as referências aos animais e ao discurso do género no bestiário medieval, que corresponde à animalização e demonização do feminino na Idade Média como marcas tanto do bestiário como da medievalidade na cronística colonial, e que se viria a transformar nas tropologias da conquista da natureza feminina americana. Na parte final do estudo, o autor enceta a análise das visões fundadoras da bestialização da antropofagia ameríndia referindo-se a Hans Staden e à retórica do canibalismo. Pedro Fonseca, ao longo desta obra, no seu estilo extremamente cuidado e pessoal, conduz-nos numa viagem por terras americanas representadas por várias modalidades de registo pictórico ou discursivo. Tanto os textos como as representações pictóricas focavam com grande interesse, entre outros aspectos, a representação da fauna americana e incluíam, numa espécie de inventário descritivo, tipos e espécies zoológicas, cuja realidade empírica, tal como nos bestiários medievais, não impedia que contivessem também descrições imaginárias de monstros que fascinavam os leitores e espectadores pelo seu exotismo, devido ao estranho aspecto físico e comportamental. Vemos como a novidade da América foi “descoberta”, encontrada ou inventada desde Colombo e como, segundo as palavras do autor, o processo de legitimação material e institucional das terras e das gentes americanas revelou modelos epistemológicos fundamentais à mentalidade, cultura e ideologia religiosa e secular dos europeus, que, embora provenientes de diferentes países, tinham uma forma mentis que os identificava e correspondia às intenções culturais que constituíram o projecto colonizador. Todos eles, cheios de orgulho, pensavam que eram possuidores de um ideal de superioridade civilizacional e espiritual. Consequentemente, os conquistadores dirigiam-se à América com uma disposição hegemónica e consideravam-se detentores de poder perante uma realidade que reputavam inferior e sem cultura nem ideais de progresso. Deste modo, o Americano tinha um estatuto de diferença, era “o Outro” não europeu, levantando-se assim, a questão da alteridade. Segundo nos diz o autor de *Bestiário e Discurso do Género no Descobrimento da América e na Colonização do Brasil*, a América, que era totalmente desconhecida na sua existência concreta, foi inicialmente retratada, nos registos narrativos, historiográficos e iconográficos, por meio de um processo de transliteração. Desse modo, as terras

americanas, desde os primeiros tempos do seu encontro, tiveram a representação da sua realidade decalcada em textos e em representações imagísticas já largamente utilizadas pela tradição europeia para construir outras realidades, cujo desconhecimento, ainda que parcial, era suprido pela efabulação. Os relatos dos descobridores, viajantes e colonizadores quiseram representar a realidade americana, mas a imaginação esteve sempre presente, entretecendo-se necessariamente nos registos documentais e pragmáticos das novas terras e gentes quando o exótico, o estranho e o espantoso impediam uma avaliação racional baseada na realidade e na lógica europeias e na formação mental e religiosa do homem medieval. Como acima referido, um dos aspectos mais originais da obra *Bestiário e Discurso do Gênero no Descobrimento da América e na Colonização do Brasil*, para além da análise da actuação conquistadora e colonizadora exercidas por esse logocentrismo europeu, é o estudo das relações que tal actuação e projecção estabeleceram em termos de discurso do género, isto é, nas palavras de Pedro Fonseca, “direcionadas à questão da representação da alteridade do conquistado e do colonizado inferida por conotações sexuais” e que são de significativa importância estratégica. Neste âmbito, que considero extremamente relevante na avaliação da obra, o autor relata-nos como desde as mais antigas formas da civilização europeia esse discurso foi tradicionalmente instituído com base numa ordem política ideológica concebida a partir da assunção hierárquica do masculino sobre o feminino, da virilidade épica do cultural e do civilizado sobre a inferioridade do natural e da incompetência da barbárie. É justamente nesta perspectiva que não só muitas das representações incluídas nos bestiários tradicionais, mas também em obras mais modernas, como no caso das crónicas coloniais, se figuravam em termos de discurso do género. Tratava-se de um discurso androcêntrico cujos meandros e manipulações retóricas podem ser estrategicamente identificados nos vários tropos, com os quais se construíram os relatos e as narrativas sobre a América dos tempos da descoberta e da conquista e nos quais a sua realidade zoológica e de outros aspectos da sua vida natural e etnoantropológica foram descritos, recorrendo a conotações específicas para designar os termos natureza e barbárie, representados numa relação secundária e antitética aos termos cultura e civilização da Europa. Houve como que um fenómeno epistemológico daquilo que o autor desta obra classifica como “des-representação” da América devido ao facto de a sua realidade ter sido, desde os primeiros relatos, representada de acordo

com modelos europeus, tendo, conseqüentemente, havido uma alienação da sua realidade que era comparada com o familiar e com o concreto da experiência europeia. Nas palavras de Pedro Fonseca, o que se propõe, neste livro, como exame da influência do imaginário bestiário medieval relacionado com a presença do discurso do gênero nos relatos de viagem coloniais, tem como objectivo não só a consideração das fontes desse imaginário, mas também a abordagem de aspectos significativos que compõem a visão, não menos imaginária, dos mecanismos retóricos através dos quais o androcentrismo europeu se exerceu na representação da realidade americana. O autor, num texto cuja riqueza de informação revela toda a rigorosa investigação realizada, analisa a ordem estrutural e funcional desse imaginário. Debruça-se, igualmente com o mesmo rigor, sobre a influência das imagens, das figurações e das ideias cultivadas pela fantasia medieval no tema da bestialização e da sua ordem política e ideológica, que configuraram a composição dos relatos e das iconografias referentes ao descobrimento da América e ao Brasil dos primeiros tempos coloniais.

Maria Laura Bettencourt Pires Professora / Catedrática da Universidade Católica
Portuguesa»